

A LINGUAGEM COMO CONDIÇÃO HUMANA E O DISCURSO DO OUTRO

Marai da Luz Olegário*
Izabel França de Lima**

RESUMO

O texto apresenta considerações sobre a importância do discurso e seu contexto, independente da abordagem teórica, quando da análise da condição humana. A partir de autores/as como Foucault (1999), Le Goff (1992), Bakhtin (1990), Arendt (2005), entre outros/as, defende-se que a linguagem se constitui no eixo de tudo que se refere ao universo humano porque é na e pela linguagem que os sujeitos se expressam em suas interações sociais, constroem suas significações, seus discursos, suas representações. História e memória, assim, são imprescindíveis para estabelecer relação entre os sujeitos, uma vez que a linguagem, assim percebida, não serve apenas como veículo de comunicação, mas de ação, de práxis, ou seja, como capacidade humana de construir espaços simbólicos de tensão política, como uma atividade constitutiva, cujo *locus* de realização é a interação verbal. Assim, não há linguagem sem que haja o outro a quem se fala e que é ele próprio falante/respondente bem como a possibilidade de falar do que um outro disse.

Palavras-chave: Linguagem. Discurso. Memória. Condição humana.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Michel Foucault (1999) em seu livro “As palavras e as coisas”, o ser humano só nasceu nesse mundo enquanto sujeito epistêmico no século XIX. O que existia para os gregos eram os deuses, a natureza e o cosmos. Para estes, não havia um lugar para o pensamento sobre o homem e a mulher; também foi assim para o conhecimento clássico. A partir de uma reconfiguração do saber, como o *cogito ergo sum* (penso, logo existo), de Descartes, o sujeito foi colocado no centro, como substância e receptáculo de verdades. Esse sujeito, entretanto, sofreu, na história do saber ocidental, com todo seu narcisismo: com Copérnico, ao descobrir que a terra não estava no centro do universo; com Darwin, que o rebaixa a um episódio num tempo biológico que o ultrapassa; com Freud, ao descobrir que não se conhece, que não é plenamente consciente e que seu comportamento é determinado por um inconsciente no qual, ele, o sujeito, não tem acesso. Foi, portanto, deposto dos atributos que lhe conferiam humanidade, na perspectiva da história do saber. Com a virada linguística e com o fim das grandes narrativas, a linguagem passa a ser centro da nova discussão na

* Doutora em Educação pela Universidade Federal da Paraíba, Professora da Universidade Federal de Campina Grande e Docente do Mestrado Profissional em Letras, da UFCG.

** Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais, Professora do Departamento de Ciência da Informação, do Programa de Pós-Graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFPB.

área da ciência, como estruturação de um novo paradigma que inclui o sujeito como ser constituído na e pela linguagem.

Nesse contexto, faz-se, portanto, pertinente refletir sobre a condição humana desse sujeito constituído em contextos de enunciação, em sua história, em sua memória e, ainda, a sua identidade a partir da relação com o outro.

2 O ENUNCIADO E SEU ENTORNO

A relação de *discurso* e *contexto* faz parte, desde o início dos estudos da enunciação, quer seja na Pragmática, quer seja na Análise do Discurso. Foi Foucault (1971) quem deu partida às investigações sobre o que se entende por *determinações sociais do discurso*, ou seja, as condições para que determinados enunciados circulem numa dada época, por exemplo, e não em outras. A pergunta que cabe fazer, portanto, é *por que foi dito isso e não outra coisa?* Eis a relação entre a linguagem e suas condições de produção.

Não é, pois, novo o tema que é objeto do presente estudo. Ao retomar o que diz respeito à relação entre o enunciado de alguém e o contexto, entendido como um conjunto de vozes sociais (BRAIT, 1997), o objetivo é apresentar o sujeito como tendo a linguagem/discurso como seu constituinte e ampliar a compreensão do processo polifônico que dá forma ao discurso e que necessariamente prevê a *humanidade*. Quer dizer: se vozes sociais estão presentes em qualquer discurso é porque de forma explícita, ou não, enunciados pressupõe necessariamente, não apenas a manifestação da voz do enunciadador, mas também a inclusão de outros ditos, ditos por outros, o que permite concordar com Amorim (2004, p. 34): “[...] a citação é própria do humano. Contar ou reproduzir a um terceiro o que me disseram e que eu mesma não vi é uma atividade estruturante de minha humanidade”. E se a citação pode ser considerada “estruturante de minha humanidade”, explicita-se a função mais importante da linguagem para o gênero humano, ou seja, na citação – porque reproduz - realiza-se um dos processos de socialização do indivíduo. Ampliam-se, conseqüentemente, com essa concepção, as possibilidades do estudo do discurso:

Encontramos justamente nas formas do discurso citado um documento objetivo que esclarece [...] dá-nos indicações, não sobre os processos subjetivo-psicológicos passageiros e fortuitos que se passam na

“alma” do receptor, mas sobre as tendências sociais estáveis características da apreensão ativa do discurso de outrem que se manifestam nas formas da língua (BAKHTIN, 1997, p. 146).

Corroborar esse pensamento Arendt (2005, p. 189), ao afirmar que só o homem [e as mulheres] é [são] capazes de expressar as diferenças existentes entre si, distinguindo-se; “só ele [e ela] é [são] capaz [capazes] de comunicar alguma coisa”. Complementa no parágrafo seguinte: “a ação e o discurso são os modos pelos quais os seres humanos se manifestam uns aos outros, não como meros objetos físicos, mas enquanto homens” [e mulheres] (p. 189).

É nessa perspectiva que tomaremos o discurso como condição humana, para explicitar, a partir da afirmação acima, que a humanização está constituída (na) e pela linguagem.

A linguagem se constitui, portanto, no eixo de tudo que se refere ao universo humano. Porque é pela linguagem que nos expressamos em nossas interações sociais, construímos nossas significações, nossos discursos – nossas representações, ou seja, a linguagem é condição essencial de constituição do sujeito. De acordo com Bakhtin (1990), o sujeito se constitui como tal à medida que interage com os outros; suas produções discursivas resultam deste mesmo processo no qual o sujeito internaliza a linguagem e constitui-se como ser social. Isto implica que não há um sujeito pronto, que entra em interação, mas um sujeito se completando e se construindo nas suas falas e nas falas dos outros. Dentro desses espaços discursivos em que a linguagem emerge, questiona-se: que sujeito é esse que postula o outro e expressa uma relação com o mundo, via linguagem, como ser histórico e social? Na perspectiva da Análise de Discurso de linha francesa, a concepção de sujeito não é o sujeito em si, individualizado, mas aquele que existe socialmente, interperlado pela linguagem e pela ideologia. Dessa forma, o sujeito não é a origem, a fonte de sentido, porque na sua fala outras falas estão postas, outros sentidos estão ali dialogando. O sujeito do discurso não é mais do que uma posição social pré-definida pela estrutura da sociedade, que se delineia nas formações discursivas, através das quais se estabelecem os limites entre o dizível e o indizível, segundo as ideologias que surgem do lugar social de que falam (ORLANDI, 1987). Para a autora, ao produzir a linguagem, o sujeito também se encontra nela reproduzido e, desse modo, acredita ser a única fonte de seu discurso, quando, na realidade, o que ele faz é retomar sentidos pré-existentes.

3 HISTÓRIA E MEMÓRIA NA CONSTITUIÇÃO HUMANA

Os sentidos pré-existentes são partes da História. Um mesmo fato histórico pode ser contado de diferentes pontos-de-vista, porque o/a autor/a do texto histórico - assim acontece na literatura, ou no texto científico - é apenas, e sempre efeito construído pelo discurso. Em assim sendo, os sentidos criados no texto histórico são produtos da intervenção do historiador que escolhe suas fontes, extraindo-as do conjunto de dados do passado, preferindo-as a outras, atribuindo-lhes um valor de testemunho, que, pelo menos em parte, depende de que lugar social e em que tempo está. Essas fontes não são inócuas, opacas, mas resultado de uma

montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que as produziram, mas durante as quais continuou a viver talvez esquecidas, durante as quais continuou a ser manipuladas, ainda que pelo silêncio (LE GOFF, 1992, p. 547).

O efeito de “realidade”, se é que há, vem de procedimentos discursivos, de formas linguísticas que constroem legitimidade no interior de uma instituição social e que produzem a ilusão de objetividade. Trata-se, portanto, de um aglomerado de signos que, ao produzir “efeitos de verdade”, levam uma sociedade a interpretar-se e a compreender-se através dessa interpretação. Nesse sentido, afirma Fernandes (2003, p. 24): “como objetivo de interpretação, a História nunca é “história-pura”, mas “história - para”, o que significa afirmar que ela é uma narrativa cuja natureza é provisória e contingente, susceptível, portanto, de revisões e de reinterpretações”. Assim, a História é própria do humano. Afirma Le Goff (1990, p. 28): “onde o homem [e a mulher] passou [passaram], onde deixou qualquer marca da sua vida e da sua inteligência, aí está a história”.

É, ao historiador, que cabe contextualizar suas fontes, buscando, nas condições, de sua produção histórica, a sua intencionalidade inconsciente, o discurso velado que lhe está subjacente, as redes discursivas que “falam” do fato de que este discurso é resultado do esforço conjunto das sociedades históricas. Mais uma vez recorremos a Le Goff (1992, p. 548): “cabe ao[à] historiador[historiadora] desmontar, demolir esta montagem, desestruturar essa construção e analisar as suas condições de produção”.

A partir deste exercício de interpretação, a escrita da História realiza a passagem da “memória coletiva” para a “memória histórica”. Segundo Gregolin (2003, p. 24): “(...) a memória não é pensada em seus aspectos psíquicos ou neurobiológicos: trata-se de entender o “estatuto social da memória” como condição de seu funcionamento discursivo na produção e interpretação textual dos acontecimentos”.

A História vista como interpretação muda a concepção de “sujeito da História”; não são apenas os/as grandes homens e mulheres envolvidos/as em significativos acontecimentos políticos. Essa Nova História² se interessa por todos os sujeitos e isso marca a entrada, na escrita da História da humanidade. O ser humano, único, que, simultaneamente, constrói sua História, a partir da memória coletiva e historicamente interpretada é sujeito agente e paciente de seu próprio discurso. Por serem objetos de luta, as práticas discursivas determinam que nem tudo pode ser dito; que aquilo que pode ser dito é regulado por uma “ordem do discurso” (FOUCAULT, 2006). Essa ordem do discurso converge com a arena política de que fala Arendt (2005, p. 12):

[...] E tudo o que os homens fazem, sabem ou experimentam só tem sentido na medida em que pode ser discutido. Haverá talvez verdades que ficam além da linguagem e que podem ser de grande importância e que podem ser de grande relevância para o homem no singular, isto é para o homem que, seja o que for não é um ser político. Mas os homens no plural, isto é, os homens que vivem e se movem e agem neste mundo, só podem experimentar o significado das coisas por poderem falar e ser inteligíveis entre si e consigo mesmo.

A linguagem, assim percebida, não serve apenas como veículo de comunicação humana, mas de ação, de práxis, graças a uma memória discursiva que, uma vez recuperada e reconhecida, leva o sujeito coletivo, na visão da autora, a compreender a si e aos outros; situado discursivamente, esse sujeito mantém, necessariamente, sua posição política. “É com palavras e atos que nos inserimos no mundo humano”, afirma Arendt (2005, p. 189).

Assim, história e memória constituem também o sujeito, visto que esses elementos são inerentes à linguagem.

² Representa uma ruptura epistemológica com a história tradicional, pois as vozes antes silenciadas começam a falar, a exemplo das mulheres, dos/as negros/as, além de outros coletivos sociais inseridos em contextos de desigualdades.

4 A CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE E O OUTRO

Mais do que ver a linguagem como capacidade humana de construir espaços simbólicos de tensão política, concebe-se a linguagem como uma atividade constitutiva, cujo *locus* de realização é a interação verbal. Por isso, a aquisição de linguagem, como salienta Bakhtin (1990), dando-se pela internalização da palavra alheia é também a inserção de uma compreensão de mundo. As palavras alheias vão perdendo suas origens, tornando-se palavras próprias que utilizamos para construir a compreensão de cada nova palavra, e assim ininterruptamente. É nesse sentido que a linguagem é uma atividade constitutiva: é pelo processo de internalização do que nos era exterior que nos constituímos como os sujeitos que somos, e, com as palavras de que dispomos, trabalhamos na construção de novas palavras. Por isso, a língua não é um sistema fechado, pronto, acabado, de que poderíamos nos apropriar. No próprio ato de falarmos, de nos comunicarmos com os outros e outras, pela forma como o fazemos estamos participando do processo de constituição de sujeitos. Conceber a linguagem sob este prisma é também situá-la como espaço de constituição de relações sociais onde os/as falantes se tornam sujeitos e, através dela, esse sujeito que fala pratica ações que não conseguiria praticar a não ser falando. Ela implica numa postura diferenciada sobre a linguagem, situando-a como o lugar de constituição de relações sociais, onde os/as falantes, conseqüentemente, o sujeito se constitui nos processos interativos através dos signos verbais e não verbais que circulam nas interações de que participa. Para Bakhtin (1990), é no fluxo da interação verbal que a palavra se transforma e ganha diferentes significados, de acordo com o contexto em que surge; sua realização como signo ideológico está no próprio caráter dinâmico da realidade dialógica das interações sociais, sendo a palavra uma arena onde se confrontam os valores sociais contraditórios; os conflitos da língua refletem os conflitos da classe no interior de um mesmo sistema.

De acordo com Faraco (1988), uma das formas de expressar esse dialogismo em Bakhtin é que ele aborda o dito dentro do universo do já-dito; dentro do fluxo histórico da comunicação; como réplica ainda não dita, todavia solícita e já prevista, concebendo assim a linguagem como uma produção coletiva, integrante de um diálogo cumulativo entre o eu e o Outro, entre muitos “eus” e muitos “Outros”. Para Bakhtin, é inconcebível pensar o ser humano independente das relações que o ligam ao Outro:

[...] não tomo consciência de mim mesmo senão através dos outros, é deles que eu recebo as palavras, as formas, a tonalidade que formam a primeira imagem de mim mesmo. Só me torno consciente de mim mesmo, revelando-me para o outro, através do outro e com a ajuda do outro (BAKHTIN 1981 *apud* BRANDÃO 2004, p. 41).

O Outro do sujeito para Bakhtin é então fundamentalmente um “nós”, ou seja, a pessoa na qual podem desaparecer todos os outros e outras, o “eu” inclusive. Se considerarmos então essa persistência do “nós” no sujeito bakhtiniano, poderemos observar que no fundo o que dialogiza não é tanto a coexistência de uma pluralidade de lugares distintos do enunciador em seu discurso, mas sua divisão por um sujeito coletivo único, o “nós” de todos os homens no “eu” que fala, presente nas ações, reações e interações desse sujeito de linguagem que se forma nos processos discursivos.

Não há linguagem sem que haja o Outro a quem eu falo e que é ele próprio falante/respondente; também não há linguagem sem a possibilidade de falar do que um Outro disse. Conforme Bakhtin (1992), a alteridade³ define o ser humano, pois o Outro é imprescindível para sua concepção: é impossível pensar no ser humano fora das relações que o ligam a esse Outro. Na concepção do autor, o Outro é ainda o outro discurso ou os outros discursos que atravessam a fala numa relação interdiscursiva em que o mundo semiótico do sujeito é construído com os outros e outras. O nascimento e a sequência da vida estão marcados por aquilo que somente o Outro sabe, vê e conhece do mundo do sujeito. Desse modo, a ideia de que as práticas discursivas dos sujeitos de linguagem são produzidas a partir do Outro, pode nos levar a afirmar que todos são, portanto, atravessados pelo discurso desse Outro. Por isso, a linguagem é fundamentalmente heterogênea. A palavra do Outro é condição de constituição de qualquer discurso. Assim, o conceito de heterogeneidade refere-se aqui a toda forma de alteridade no discurso, toda forma que altera a imagem de um discurso. Dentro desta heterogeneidade, o discurso é produzido por um sujeito cindido por várias perspectivas que assume num determinado contexto, marcado também pela cisão. Essa ênfase no Outro introduz necessariamente o conceito de ideologia, deslocando o conceito de sujeito. Este perde o seu centro e passa a se caracterizar por um discurso heterogêneo que incorpora e assume diferentes vozes sociais. Com efeito, é impossível uma formação individual sem alteridade, pois o Outro delimita e constrói o espaço de

³ Nesse processo de alteridade Geraldi (2004, p. 229) enfatiza a ação do pensamento participativo que se concretiza e se expõe pela linguagem.

atuação do sujeito no mundo. A lógica da alteridade opondo-se à lógica da identidade, as relações de poder que influenciam o momento dialógico, tendo-se em conta as funções sociais que os sujeitos ocupam institucionalmente e as relações que mantêm entre si, vão contribuir para que a assimetria esteja presente na interação verbal, pois a linguagem constitui-se no campo do embate ideológico constante, a partir das citações que envolvem o outro.

O discurso poderá ser considerado, pois, sempre, citante e, por isso, ao mesmo tempo, também passível de ser citado e tema de citação subsequente, num processo onde nada é definitivo: a mediação discursiva configura um processo onde a atividade dos interlocutores se alterna indefinidamente na condição de citante e citado e se faz, por isso, uma vez, necessariamente dialógica e polifônica e, por outro, impulso para o novo. Isto é: se há no enunciado um ponto de vista que o enunciante tenta valorizar diante do receptor, isso não garante que uma interação confirmará e sedimentará sentidos e valores, pois ela pode também provocar revisões e transformações porque os indivíduos, ao atuarem *com*, atuam também *sobre* o que determinam as suas atividades.

E a interação, por isso, sempre se realizará dentro dos limites de ordem ideológica porque as finalidades sociais que uma voz manifesta e defende se contrapõem às de outras. Assim, as regras que organizam as relações humanas, quer sejam, por exemplo, na política, na sexualidade ou em outra área, podem tanto produzir e ser entendidas como o exercício de um poder que cerceia a liberdade do indivíduo, como também podem ser consideradas condição de liberdade na medida em que garantem os espaços de atuação dos indivíduos que são diferentes e únicos (FOUCAULT, 1999). É a diversidade de vozes-referência do contexto – também de ordem ideológica – que, enfim, constroem para o indivíduo uma liberdade que permite optar, inclusive, por viver ou não em liberdade e que referencia a condição humana.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A linguagem como questão pertinente à reflexão sobre a constituição humana no interior das práticas sociais, sendo a própria língua portadora de significados, permite identificar as características do discurso, ora como constituinte de sujeitos e da História, como afirmam Le Goff e Foucault, ora como ação, nas palavras de Arendt. Bakhtin, por outro lado, mostra essa construção dialógica da linguagem, ao designar o caráter do que

é o “Outro”; desse modo, a noção de alteridade é sempre colocada em contraponto. Ao lado da perspectiva, que tende a ver o Outro na sua exclusiva alteridade, a perspectiva dialógica da linguagem problematiza seu lugar ao encarar o Outro enquanto constitutivo do sujeito e da vida social. A alteridade é formulada como um elemento inerente à linguagem humana e um dos mais importantes traços distintivos em relação à comunicação animal. Acrescentaríamos ainda que a linguagem, na visão desses três autores, apesar de suas diferenças conceituais em alguns momentos, é defendida como: o que falamos e o que somos é definido pela linguagem, condição humana, por excelência. Logo, é (na) e pela linguagem que, enquanto seres falantes, homens e mulheres, não somente falam de si, comunicam-se, mas constituem-se, enquanto seres humanos, a partir da existência de um Outro que é diferente dele/a.

LANGUAGE AS HUMAN CONDITION AND THE OTHER’S DISCOURSE

ABSTRACT

The text presents considerations about the importance of discourse and its context, independently of the theoretical approach while analyzing the human condition. From the viewpoint of authors such as Foucault (1999), Le Goff (1992), Bakhtin (1990), Arendt (2005), among others, it is advocated that language is constituted in the axis of everything related to the human universe because it is in and through language that the individuals express themselves in their social interactions, build their meanings, their discourses, and their representations. History and memory are therefore essential to establish a relationship among the individuals, since language, thus perceived, serves not only as a vehicle of communication, but of action, of praxis, that is, as human capacity to construct symbolic spaces of political tension, as a constitutive activity whose locus of achievement is the verbal interaction. Thus, there is no language without the other individual to whom the discourse is meant and that he is the speaker / respondent as well as the possibility of speaking about what the other has said.

Keywords: *Language. Discourse. Memory. Human Condition.*

REFERÊNCIAS

AMORIM, M. **O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas ciências humanas.** São Paulo: Musa Editora, 2004.

ARENDT, H. **A condição humana.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem.** Trad. de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1990.

_____. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

_____. **Dialogismo e construção do sentido**. Beth Brait (Org.). Campinas. São Paulo; editora da UNICAMP, 1997.

_____. De los apuntes de 1970-1971. IN: JOBIM e SOUZA, Solange. **Infância e linguagem: Bakhtin, Vygotsky e Benjamin**. Campinas: Papyrus, 1994.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 2004.

BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin, dialogismo e construção de sentido**. Campinas: UNICAMP, 1997.

FARACO, Carlos Alberto(org.). **Uma introdução à Bakhtin**. Curitiba: Hucitec, 1988.

FERNANDES, C. A. E SANTOS, J. B. C. (Org.). **Teorias Lingüísticas: problemáticas contemporâneas**. Uberlândia: UFU, 2003.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **A ordem do discurso**. 14. ed. São Paulo: Loyola, 2006.

GERALDI, J. W. Alteridades: espaços e tempos de instabilidades. In: L. Negri e R. P. de Oliveira (Orgs.). **Sentido e significação em torno da obra de Rodolfo Ilari**. São Paulo, SP: Contexto, 2004.

GREGOLIN, M.R. Análise do Discurso: lugar de enfrentamentos teóricos. In: FERNANDES, C.A. E SANTOS, J. B. C. (Org.). **Teorias Lingüísticas: problemáticas contemporâneas**. Uberlândia: UFU, 2003.

LE GOFF, J. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

_____. **Memória e história**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

ORLANDI, E. P. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. São Paulo: Pontes, 1987.

SILVA, P. **Vocabulário jurídico**. 20. Ed. Forense: Rio de Janeiro, 2002. Vocabulários, glossários etc. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Alteridade>>. Acesso em: 28 maio 2012.